



---

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

**REQUERIMENTO Nº 28 DE 2016  
(Do Sr. Padre João)**

Requer a realização de Seminário Parlamentar Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e participação da Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar e Nutricional da Câmara dos Deputados, com a finalidade de trocar experiências de políticas públicas e criar uma plataforma para o fortalecimento de redes de parlamentares ligados ao referido tema.

Requeiro a realização de Seminário Parlamentar Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e participação da Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar e Nutricional da Câmara dos Deputados, com a finalidade de trocar experiências de políticas públicas e criar uma plataforma para o fortalecimento de redes de parlamentares ligados ao referido tema.

**Justificativa**

Durante a última reunião da Iniciativa "Nutrição para o Crescimento", em Londres, o Brasil, representado pelo então vice-presidente da República, Michel Temer, concordou em sediar evento de alto nível sobre nutrição nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, em agosto de 2016. O evento proporcionará aos países analisarem os progressos realizados em relação aos compromissos dos signatários da Estratégia da Nutrição para Crescimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



O Brasil também se comprometeu a partilhar experiências, por meio de políticas públicas universais e multissetoriais, baseadas na garantia dos direitos humanos. Neste contexto, o Brasil assumiu a criação de uma Rede de Parlamentares em Segurança Alimentar e Nutricional.

Um dos principais objetivos das redes de parlamentares é aumentar a cooperação e o diálogo entre legisladores, usando para isso uma plataforma que vise à promoção de debates e trocas de experiências, em especial no que tange à aprovação dos orçamentos, à elaboração de leis e sua aplicação, de forma a garantir a efetividade do direito humano à alimentação e à nutrição e acesso adequado aos meios de produção, inclusive terra e água.

Por meio desse espaço a ser constituído, os parlamentares poderão se familiarizar com as diretrizes do direito à alimentação e à governança da terra, bem como as normas jurídicas para sua aplicação do direito humano à alimentação adequada.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 2016.

**Deputado PADRE JOÃO**  
PT-MG